

Nikolai Mikhailovsky diante do tribunal do sr. K. Marx: Marx e a recepção d'*O capital* na Rússia

Nikolai Mikhailovsky before the tribunal of Mr. K. Marx: Marx and the reception of *Capital* in Russia

Gabriella M. Segantini Souza*

Resumo: No final de 1877, Nikolai Danielson – tradutor da edição russa do Livro I d'*O capital* – enviou a Marx alguns artigos e revistas que acreditava que interessariam o autor alemão. Dentre esses papéis, estava o artigo Karl Marx diante do tribunal do sr. Zhukovsky, de Nikolai Mikhailovsky, no qual tratava d'*O capital* e da pertinência da obra para os russos, em um contexto de dissolução das antigas relações de produção e de avanço do desenvolvimento capitalista. Depois de ler o artigo, entre 1878 e 1879, Marx escreveu uma carta para a revista onde fora publicado o artigo de Mikhailovsky, *Otechestvennye zapiski*, respondendo seu interlocutor russo. No presente artigo, propomos a analisar essa missiva, investigando nela a visão de Marx acerca da recepção d'*O capital* na Rússia.

Palavras-chave: Karl Marx; *O capital*; Rússia; populismo russo; revolução social; [assim chamada] acumulação originária.

Abstract: At the close of 1877, Nikolai Danielson – the translator of the Russian edition of Volume I of *Capital* – dispatched to Marx a selection of articles and periodicals that he deemed likely to spark the German thinker's interest. Among these materials was Nikolai Mikhailovsky's article Karl Marx before the Tribunal of Mr. Zhukovsky, which examined *Capital* and its relevance for the Russian context, then undergoing the disintegration of traditional relations of production and the advance of capitalist development. Having read the article between 1878 and 1879, Marx wrote a letter to the journal in which Mikhailovsky's text had been published, *Otechestvennye zapiski*, wherein he addressed his Russian interlocutor. In the present study, we seek to undertake an analysis of this correspondence, exploring within it Marx's appraisal of the reception of *Capital* in Russia.

Keywords: Karl Marx; *Capital*; Russia; Russian populism; social revolution; [so-called] previous accumulation.

— quid rides? mutato nomine de te
Fabula narratur
Horácio, *Satirarum – liber primus*

Dada a situação interna da Rússia na época, não foi sem certa surpresa que Marx recebeu a notícia de que, dado o interesse do público russo em sua crítica à economia política, seria justamente ali que a primeira tradução do Livro I d'*O capital* em língua estrangeira seria publicada¹. E sobre a “surpreendente notícia” (MARX in

* Mestre e bacharel em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Co-editora da *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*. E-mail: gabriella.segantini.souza@gmail.com. Orcid: 0000-0002-7870-8725.

¹ O editor de São Petesburgo N. P. Poliakov tinha inicialmente encarregado Mikhail Bakunin para realizar a tradução do v. I d'*O capital*. Apesar de Poliakov ter dado certa quantia a Bakunin como adiantamento pela tradução, o anarquista russo acabou não seguindo em frente com a tradução, de modo que o trabalho foi repassado para German Lopatin em 1870. Lopatin traduziu os capítulos 2 a 5 do livro

MARX; ENGELS, 2020, p. 273) de que o editor de São Petesburgo (N. P. Poliakov) planejava publicar a tradução já na primavera, Marx escreveu a Ludwig Kugelmann em outubro de 1868, parecia-lhe “uma ironia do destino que os russos, as quais venho combatendo sem interrupção há 25 anos, e não só em alemão, mas também em francês e inglês, sejam os meus ‘protetores’ de sempre” (MARX *in* MARX; ENGELS, 2020, p. 273).

Cerca de dez anos depois, Marx novamente discutiria a recepção de sua obra na Rússia – mais especificamente, da forma como certa parte de seus leitores russos interpretavam seu tratamento acerca da via de entificação do capitalismo inglês e da assim chamada acumulação originária/primitiva. Fazemos referência aqui à carta que Marx escreveu entre 1878 e 1879 ao comitê editorial da revista russa *Notas Patrióticas*², em resposta ao artigo escrito por Nikolai Mikhailovsky, *Karl Marx diante do tribunal do sr. Ju. Zhukovsky*³, publicado na revista no final de 1877. No tempo decorrido desde as primeiras notícias de que *O capital* seria traduzido para o russo, Marx havia se aprofundado de forma considerável na literatura russa sobre a questão agrária no país e as particularidades do desenvolvimento da produção capitalista na Rússia, graças aos materiais enviados por amigos e correspondentes russos, como Maksim Kovalevsky e Nikolai Danielson.

Até aproximadamente a década de 1870 o interesse de Marx em relação à Rússia estava em grande parte restrito à crítica ao papel desempenhado pelos russos – mais especificamente, da diplomacia tsarista – como principal força contrarrevolucionária da Europa, ao lado da Áustria e da Prússia. Entretanto, à medida que a produção capitalista começava a avançar pelo Império Russo, impulsionada pela derrota da Guerra da Crimeia em 1856 e pelo fim da servidão russa em 1861, e que começava a se formar ali um movimento revolucionário socialista seriamente comprometido com a derrubada do tsarismo, Marx toma interesse pelos debates nascidos entre os russos sobre a questão agrária no Império e a destruição do modo de produção arcaico ainda predominante na Rússia (as comunas agrícolas) pelo avanço das relações de produção capitalistas.

Em meio a isso, desde sua publicação na Rússia, onde havia ganhado certa popularidade, *O capital* havia se tornado objeto de debates acalorados. Alguns russos

(correspondentes às Seções II a IV na segunda edição), mas não pôde continuar a tradução, visto que estava envolvido na organização de um plano de fuga para Nikolai Tchernichevsky, preso desde 1862. Por fim, Nikolai Danielson encarregou-se do projeto, terminando a tradução no final de 1871 (cf. DANIELSON *et al.*, 1981)

² Отечественные записки ou *Otechestvennyye Zapiski*.

³ O artigo de Mikhailovsky só está disponível no original russo (Карл Маркс перед судом г. Ю. Жуковского).

viam a obra como um anúncio da inevitabilidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, sobretudo no contexto pós-abolição da servidão na Rússia, quando a massa dos servos ‘emancipados’ logo se transformou numa massa de miseráveis (cf. ROBINSON, 1961). Outros questionavam até mesmo a pertinência da obra para os russos, argumentando que um livro de um autor alemão tratando do capitalismo ocidental nada de pertinente teria a aportar para o leitor russo para além de servir de advertência contra os males do capitalismo, uma vez que a situação da Rússia muito se diferenciava da de seus vizinhos europeus (cf. OITTINEN, 2023). O artigo de Mikhailovsky sobre Marx e as considerações do enciclopedista liberal Yuri Zhukovsky sobre *O capital* posicionava-se diretamente nesse debate. Nesse sentido, a resposta de Marx às considerações de seu interlocutor russo na carta à revista *Notas Patrióticas* nos coloca diretamente diante das reflexões marxianas sobre a recepção d’*O capital* na Rússia, razão pela qual nos propomos aqui a analisar essa missiva.

i. Mikhailovsky e as inquietações dos russos

Em *Karl Marx diante do tribunal do sr. Ju. Zhukovsky*⁴, Mikhailovsky buscava questionar em que grau seria aplicável a teoria de Marx, sobretudo de *O capital*, à realidade russa. Embora Mikhailovsky considerasse que era inquestionável que fosse de interesse para os russos a “teoria histórico-filosófica”⁵ (MIKHAILOVSKY apud OITTINEN, 2023, p. 47) de Marx – tal como supostamente estaria exposta no capítulo sobre a assim chamada acumulação originária/primitiva –, o narodnik defendia em seu texto que essa dita ‘teoria da história’ marxiana não seria acertada se levássemos em conta a Rússia. Tanaka explica que, em que pese Mikhailovsky não negar o mérito de Marx em sua crítica ao modo de produção capitalista, ao ver do russo, o lugar de Marx era a Europa Ocidental, eis que na Rússia ele teria apenas moinhos de vento contra quem lutar (MIKHAILOVSKY apud TANAKA, 1969, p. 4). Mikhailovsky estava convencido de que Marx partia do pressuposto segundo o qual o caminho de desenvolvimento experimentado pela Inglaterra seria inevitavelmente seguido por todos os povos, indagando se esse processo seria tão “necessário” quanto como supostamente retratado por Marx (MIKHAILOVSKY apud OITTINEN, 2023, p. 49).

⁴ Em razão de nosso conhecimento insuficiente da língua russa, somos forçados a utilizar as observações de terceiros sobre o texto de Mikhailovsky, como Haruki Wada (WADA, 2017, pp. 97-8), Masaharu Tanaka (TANAKA, 1969) e Vesa Oittinen (OITTINEN, 2023, pp. 46-53).

⁵ “By this Marx meant a historical overview of the first steps of a capitalist mode of production, but he gave us something much more – a whole philosophico-historical theory. It is, generally taken, very interesting, and especially interesting for us Russians.” (MIKHAILOVSKY apud OITTINEN, 2023, p. 47). [Com isto Marx quis dar uma visão histórica dos primeiros passos de um modo capitalista de produção, mas deu-nos algo muito mais – toda uma teoria histórico-filosófica. De modo geral, isso é muito interessante, e especialmente para nós, russos, em tradução nossa.]

Mikhailovsky fazia referência ainda a uma nota de rodapé da primeira edição alemã d'O capital, na qual Marx criticava Aleksandr Herzen por ter encontrado o 'comunismo russo 'não na própria Rússia, "mas no livro de Haxthausen, um conselheiro do governo prussiano" (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 54). Para Mikhailovsky, essa censura dirigida por Marx a Herzen ilustraria a atitude geral de Marx

diante dos esforços dos russos em encontrar para seu país um caminho de desenvolvimento diferente daquele que a Europa Ocidental havia seguido e está ainda seguindo – esforços sobre os quais não há qualquer necessidade de tornar-se um eslavófilo ou acreditar misticamente na qualidade especialmente alta do espírito da nação russa; tudo o que é necessário é retirar as lições da história da Europa (MIKHAILOVSKY *apud* WADA, 2017, pp. 97-8).

Em seu artigo, o *narodnik* questionava ainda se "o tipo de processo histórico que Marx descreveu é verdadeiramente inevitável ou não" (MIKHAILOVSKY *apud* WADA, 2017, p. 98). Esse artigo, que deve ser situado dentro das discussões que ocorriam dentro do movimento revolucionário russo ao final da década de 1870, buscava desafiar a visão de que a *obshchina* iria necessariamente perecer diante do peso de supostas leis da história e que aquilo que havia se passado com as terras comunais na Europa Ocidental fatalmente se repetiria na Rússia. Os que defendiam essa visão muitas vezes faziam recurso às ideias de Marx, sobretudo de *O capital*, afirmando que havia sido Marx quem havia dito que o caminho histórico percorrido pela Inglaterra era o único possível e que também seria fatalmente trilhado pela Rússia e assim seria em função de leis naturais. "*De te fabula narratur!*" havia exclamado Marx no prefácio da primeira edição alemã de *O capital*: "o país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro" (MARX, 2017, p. 78). Para esses russos, isso significava uma coisa apenas: a comuna agrária russa estava destinada a perecer e ser suplantada pela forma da propriedade privada capitalista e isso era um fato inexorável, um fato das leis da história, as quais Marx teria supostamente exposto em *O capital*.

Como muitos populistas, Mikhailovsky decerto era um defensor da perspectiva de que a comuna agrária russa poderia ser a base para o desenvolvimento de uma nova forma de produção na Rússia, uma que combinasse "o bem-estar da classe agrícola" com o "progresso da agricultura" (TCHERNYSHEVSKY, 2017, p. 266) e "os ganhos do fazendeiro com o aproveitamento da terra, métodos produtivos com execução consciente do trabalho" (TCHERNYSHEVSKY, 2017, p. 267), de maneira que a proteção da propriedade comunal na Rússia seria crucial. Em razão disso, em seu artigo para a *Otechestvennye Zapiski*, Mikhailovsky se voltava contra as ideias daquele que, para ele e para uma considerável parcela dos leitores russos, teria decretado a

sina da comuna agrária na Rússia, isto é, Marx.

Os populistas russos observavam apreensivos o avanço do capitalismo cada vez mais acelerado no país desde 1861 e viam que, com isso, a ruína e a miséria dos camponeses crescia na mesma medida⁶. Para os *narodniks*, que eram umbilicalmente ligados à causa dos camponeses russos, o marxismo implicaria na Rússia aceitar o desenvolvimento do capitalismo, a expropriação das terras comunais e tudo aquilo que tornava a vida do *muzhik* cada vez mais intolerável. Eles consideravam que aceitar o marxismo significaria aceitar que o papel dos revolucionários socialistas russos seria de não apenas contemplar friamente, mas contribuir ativamente e com plena consciência à transformação da massa do campesinato em proletariado.

Para esses revolucionários russos, adotar a teoria de Marx, ou ao menos a leitura que alguns russos faziam delas, seria abandonar todos os seus sentimentos e desejos mais caros, isto é, de uma revolução socialista na Rússia partindo da comuna agrária russa. Essa era a luta dos populistas, evitar que o capitalismo fincasse suas raízes de forma definitiva no país e que, em razão disso, a *obshchina* fosse dissolvida e os campesinato fosse privado de suas terras comunais. Ademais, se para o marxismo o capitalismo seria na Rússia não apenas inevitável, mas uma necessidade, aceitar essa perspectiva seria abandonar também o horizonte de uma revolução em um futuro próximo. Assim, a teoria “marxista” trazia enorme angústia para os populistas, pois para eles significaria que a luta em nome da qual arriscavam perder sua liberdade e até a vida seria uma causa perdida. Em razão disso, na década de 1870 vários membros do movimento populista russo se dedicavam a publicar artigos nas revistas do movimento voltados a demonstrar a inaplicabilidade da teoria marxiana (ou ao menos a leitura que se fazia dela naquela época) à situação russa (cf. TVARDOVSKAIA, 1978).

ii. A resposta de Marx

Através do artigo de Mikhailovsky, Marx pôde, por sua vez, dar-se conta da leitura tão reducionista que alguns de seus leitores russos faziam de *O capital*, o que o provocou a elaborar uma resposta ao artigo. Tanto a carta original escrita por Marx,

⁶ No caso, aqueles que consideravam que era possível o capitalismo se desenvolver na Rússia. Como mostra Tvardovskaia (1974, pp. 77-80), depois da Reforma de 1861, uma das principais discussões do que podemos chamar de “movimento populista” na Rússia se revolve em torno da possibilidade ou da impossibilidade de que o país se tornasse capitalista. Por exemplo, V. P. Voronstov via que, por mais que se observasse na Rússia certos “fenômenos esporádicos” de capitalismo, era impossível que o capitalismo se desenvolvesse de forma definitiva ou completa. Essa discussão se estenderia por décadas, sendo que Lenin dela também se ocupou, em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, dirigindo-se contra as hipóteses de V. Voronstov e de N. Danielson sobre essa questão no primeiro capítulo da obra (cf. LÊNIN, 1982).

quanto as cópias feitas por Engels depois da morte de seu autor não continham data, de maneira que só podemos estimar quando foram escritas. É difícil dizer exatamente quando Marx escreveu sua carta ao Conselho Editorial da *Otechestvennyye Zapiski*, respondendo ao artigo de Mikhailovsky, mas parece incorreta a estimativa contida na apresentação do livro *Lutas de classes na Rússia*, isto é, no final de 1877. Isso porque, como podemos ver na carta escrita por Marx a Danielson em novembro de 1878, Marx ainda não havia lido o artigo de Mikhailovsky e só sabia em linhas gerais seu conteúdo porque, durante uma de suas visitas à casa da família Marx em Londres, Maksim Kovalevsky havia aludido à polêmica de Mikhailovsky e Zhukovsky com *O capital*. Nessa carta, Marx diz:

recebi as publicações de Petesburgo e agradeço vivamente. Não vi nada da polêmica de Tchitcherin e outros contra mim, com exceção do que me enviaste em 1877 (um artigo de Sieber e outro, creio, de Mikhailovsky, ambos nos *Anais Patrióticos*, em resposta a esse estranho – autointitulado enciclopedista – Zhukovsky). O professor Kovalevsky, que está aqui, disse-me que teve polêmicas bastante vivas a propósito d’*O capital* (MARX, 2020, p. 329).

Assim, isso parece situar a escrita da carta ao comitê editorial da *Otechestvennyye Zapiski* não no final de 1877, mas entre o final de 1878 e o começo de 1879. Outro aspecto dessa carta que permanece um relativo mistério é a razão por trás do fato de que Marx nunca realmente enviou sua resposta ao artigo de Mikhailovsky para a revista. Dizemos “relativo mistério” porque a explicação que Engels forneceu para isso em uma carta escrita em março de 1884 para Vera Zasulich parece bastante razoável e não vemos motivos suficientes para não a acolher. Segundo Engels, Marx não enviou seu texto porque temia que, em razão da forte política de censura vigente na Rússia, a própria existência da revista estaria ameaçada quando a *Otechestvennyye Zapiski* publicasse sua resposta (ENGELS in MECW v. 47, 2010, pp. 112-3). Passadas essas questões pontuais, prossigamos a análise.

Marx começa sua missiva afirmando que, caso Mikhailovsky tivesse encontrado alguma passagem do Capítulo XXIV que pudesse sustentar suas conclusões, ele o teria feito. Note-se, pois, como Marx logo no início já afirma que não há nada em seu tratamento da assim chamada acumulação originária que permitisse assumir que, em *O capital*, ele estaria afirmando a inevitabilidade histórica do processo ali analisado. Caso existisse qualquer coisa ali que permitisse concluir que o objetivo de Marx para o capítulo sobre a assim chamada acumulação originária era trazer uma “teoria histórico-filosófica do progresso universal”, por menor que fosse, Mikhailovsky a teria citado para fundamentar suas conclusões sobre Marx e a “aplicabilidade” d’*O capital* para a Rússia.

Nesse sentido, já no princípio fica evidente que, antes que tudo, com aquela carta, Marx tinha o fito de dissipar as más leituras de seu *O capital*, leituras que viam na obra uma tentativa da parte do autor de criar uma “teoria histórico filosófica do desenvolvimento universal”, de desenhar um modelo que seria inevitavelmente seguido por todos os povos a partir da via de entificação do capitalismo na Inglaterra. Isso fica bastante claro quando, logo nas primeiras princípios, Marx aponta que não há nada em seu texto que possa efetivamente sustentar a interpretação que Mikhailovsky trazia. Isso poderá ser percebido mais claramente à medida que adentrarmos mais profundamente nesses trabalhos, mas já é possível notar que, ao invés de recuar diante das leituras que o acusavam de ter proposto em *O capital* a ideia de um único caminho possível para o desenvolvimento humano, Marx logo no começo faz questão de apontar como não há nada em sua obra que efetivamente conduza a essa conclusão. Caso houvesse, ele afirma, Mikhailovsky certamente teria encontrado e citado em seu trabalho. Em outras palavras, Marx não retifica sua obra, ele corrige os tropeços interpretativos de seus leitores.

Ao invés de encontrar qualquer coisa no tratamento marxiano do processo de expropriação dos produtores que pudesse sustentar seus argumentos, Mikhailovsky se restringiu a usar de uma nota de rodapé em que Marx criticava Herzen. Mas fosse sua opinião daquele autor justa ou não, Marx clarifica que, a partir dela, não era adequado extrapolar sua “visão sobre os esforços ‘dos homens russos para encontrar um caminho de desenvolvimento para a sua pátria, diferente daquele que foi e é trilhado pela Europa ocidental’” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 54). Suas críticas a Herzen derivavam-se não do fato de que o autor russo procurava um caminho para a Rússia distinto daquele percorrido pela Europa Ocidental, mas pelo fato de que, para Marx, nas mãos de Herzen “a comuna russa só serve de argumento para provar que a velha Europa poderia ter sido regenerada pela vitória do pan-eslavismo” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 54). Nesse interim, a *obshchina* só serviria a Herzen como uma prova da superioridade da Rússia e de seu movimento revolucionário em relação à Europa Ocidental e o seu movimento trabalhador. Não se tratava, portanto, de uma censura ao fato de Herzen ver na comuna agrária russa um potencial de escapar da consolidação do capitalismo na Rússia, mas pelos desdobramentos que Marx via na maneira como a comuna aparecia na obra do editor do *Kolokol*, para quem, na visão de Marx, seria uma instituição tipicamente russa e representaria a superioridade do espírito do eslávico em relação à Europa Ocidental⁷.

⁷ Aqui Marx está fazendo referência à tese dos eslavófilos acerca da superioridade dos povos eslavicos sobre os demais europeus. Contraopondo-se aos chamados ocidentalistas ou modernizadores, que

Ademais, como Marx ressalta, se por um lado em *O capital* ele expressava grande criticismo em relação a um grande teórico russo como Herzen, de outro ele ali também expressava sua enorme admiração por outro: Nikolai Tchernyshevsky, que também via a comuna agrária como um possível meio para a Rússia escapar das ‘forças caudinos’ do capitalismo. Note-se inclusive que em nenhum momento Marx dá indícios de ter mudado seu juízo em relação a Herzen, em que pese ter retirado a nota referente a ele das edições seguintes de *O capital*. Marx diz ainda que:

Em artigos notáveis, ele tratou da questão de se a Rússia deve começar, como querem os economistas liberais, por destruir a comuna rural para passar ao regime capitalista ou se, pelo contrário, ela poderia, sem experimentar a tortura infligida por esse regime, apropriar-se de todos os seus frutos mediante o desenvolvimento de seus próprios pressupostos históricos. E ele se pronuncia a favor da última solução. E meu prezado crítico teria razões no mínimo tão fortes tanto para inferir da minha consideração por esse “grande erudito e crítico russo” que compartilho a sua visão sobre essa questão quanto para concluir de minha polêmica contra o “beletrista” e pan-eslavista russo que rejeito a sua visão (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 54).

Marx deixa então evidente que, em que pese sua rejeição da visão de Herzen sobre a *obshchina*, ele partilhava da visão de Tchernyshevsky acerca da possibilidade de que a comuna agrária poderia sobreviver na Rússia e se apropriar dos frutos do capitalismo sem perceber, assim escapando da consolidação do capitalismo e da “tortura infligida por esse regime”. Nesse sentido, ao contrário do que lhe atribuía o editor da revista *Notas Patrióticas*, a sua posição de certo modo mais se aproximava da do próprio Mikhailovsky do que a daqueles supostos marxistas russos, visto que rejeitava uma suposta inevitabilidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

Com isso, Marx esclarecia aqui algo de essencial quanto à sua *crítica da economia política*: só enxergavam esquematismos ou uma leitura unilinear da história humana em *O capital* quem não tivesse realmente lido o próprio texto. Não só não se encontraria nada ali que sustentasse a ideia de que Marx se propunha com a obra “prescrever receitas (comtianas?) para o cardápio da taberna do futuro” (MARX, 2017, p. 88), mas também seria possível identificar ali seu apreço por um teórico como Nikolai Tchernyshevsky, autor que negava expressamente que a Rússia deveria necessariamente trilhar o mesmo caminho de seus vizinhos no Ocidente⁸.

defendiam uma aproximação da Rússia com os europeus como essencial para o progresso russo, para os eslavófilos, a Rússia deveria liderar uma união dos povos eslavos, a qual seria encabeçada pela Rússia, e essa união teria o papel de regenerar o putrefato e caduco mundo europeu ocidental. Essa era uma corrente bastante forte na Rússia até aproximadamente 1848, quando a oposição entre eslavófilos e ocidentalistas se amenizou (cf. YARMOLINSKY, 1956; VENTURI, 1960). Todavia, não cabe que aqui analisar se essas críticas a Herzen feitas por Marx, para quem o autor russo era um eslavófilo, eram corretas, embora seja necessário que alguém o faça.

⁸ A admiração que Marx mantinha por Nikolai Tchernyshevsky não é nenhum segredo. Por exemplo, no

Ainda assim, por mais que isso já estivesse plenamente evidente para quem estivesse prestando atenção, Marx não gostava de “deixar nada ‘para ser adivinhado’” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 54), de modo que não mais deixaria para o leitor a tarefa de adivinhar no que implicava seu apreço por Tchernyshevsky. Colocaria com todas as letras sua posição sobre a questão russa: “se a Rússia prosseguir no rumo tomado depois de 1861, ela perderá a melhor chance que a história já ofereceu a um povo, para, em vez disso, suportar todas as vicissitudes fatais do regime capitalista” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 54), endossando de forma inequívoca a posição de Tchernyshevsky. Marx acrescenta ainda que, caso a Rússia fosse *de facto* evitar as “vicissitudes fatais do regime capitalista”, ela deveria salvar a comuna agrária do processo de dissolução que ela vinha sofrendo desde a reforma de 1861, quando foi posto fim na servidão.

Trataremos da dissolução da comuna agrária de forma mais aprofundada mais à frente, na análise da correspondência de Vera Zasluch com Marx, mas aqui é necessário evidenciar um ponto importante acerca da expressão “vicissitudes fatais do regime capitalista”. Isso porque, ao nosso ver, ela faz eco de um trecho do prefácio da primeira edição alemã de *O capital* que, aos nossos olhos, é profundamente mal compreendido, embora frequentemente citado quando se trata desses últimos textos de Marx, mormente os sobre a Rússia. Referimo-nos ao seguinte trecho:

O físico observa processos naturais, em que eles aparecem mais nitidamente e menos obscurecidos por influências perturbadoras ou, quando possível, realiza experimentos em condições que asseguram o transcurso puro do processo. O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação. Sua localização clássica é, até o momento, a Inglaterra. Essa é a razão pela qual ela serve de ilustração principal à minha exposição teórica, mas, se o leitor alemão encolher fariseicamente os ombros ante a situação dos trabalhadores industriais ou agrícolas ingleses, ou se for tomado por uma tranquilidade otimista, convencido de que na Alemanha as coisas estão longe de ser tão ruins, então terei de gritar-lhe: *De te fabula*

posfácio da segunda edição do Livro I d’*O capital*, Marx escreveu que a falência da economia “burguesa”, cujo “melhor representante é Stuart Mill” (MARX, 2017, p. 86) já havia sido esclarecida magistralmente pelo “grande erudito e crítico russo N. Tchernyshevsky [...] em sua obra *Lineamentos da economia política segundo Mill*” (MARX, 2017, p. 86). Por demais, conforme se lê na correspondência de Marx com Nikolai Danielson, Marx pretendia divulgar a obra de Tchernyshevsky na Europa Ocidental, tendo pedido a Danielson que lhe enviasse materiais sobre o autor russo. Por exemplo, numa carta escrita por Marx a Danielson no dia 12 de dezembro de 1872, o autor renano diz que “desearia publicar algo sobre la vida y la personalidad de Chern[ishevski] para despertar en Occidente la simpatía por él. Pero para eso necesito datos” (MARX in MARX; ENGELS; DANIELSON, 1981, p. 43). Em sua resposta, Danielson se compromete a enviar as informações solicitadas por Marx, mas informa em algumas cartas seguintes que a tarefa seria mais difícil do que o antecipado, pois os amigos de Tchernyshevsky que ainda viviam na Rússia temiam ser associados com ele (cf. DANIELSON in DANIELSON *et al.*, 1981, pp. 49-50). Em uma outra carta, Marx diz que Tchernyshevsky apareceria no segundo volume de *O capital* na condição de economista e que conhecia boa parte de seus escritos (MARX in DANIELSON *et al.*, 1981, p. 47).

narratur [A fábula refere-se a ti]. Na verdade, não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade. O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro. (MARX, 2017, p. 78) [grifo nosso]

Note-se como a expressão “*vicissitudes fatais* do regime capitalista” [destaque nosso] contida na carta ao comitê editorial da *Otechestvennyye zapiski* ecoa a expressão “tendências que atuam e se impõem com *férrea necessidade*” [destaque nosso]. Adiantamos ainda que uma expressão parecida também está presente nos rascunhos da carta de Marx à Vera Zasulich: as “*fourches caudines*”⁹ do capitalismo (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 77). Aqui transcrevemos a passagem inteira porque é de suma importância seu contexto inteiro para interpretá-la da forma mais fiel possível ao seu sentido efetivo.

No livro *Marx tardio e a via russa*, tanto T. Shanin, quanto H. Wada consideram que a advertência de Marx segundo a qual “o país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” indicaria uma concepção unilinear da história em *O capital* e até mesmo um talhe evolucionista na obra. Shanin afirma que

a epistemologia materialista de *O capital*, a aceitação dialética de contradições estruturais e das possíveis regressões temporais dentro do capitalismo e a objeção à teleologia não eliminam o cerne do evolucionismo. “O país mais desenvolvido industrialmente” estava ainda destinado a “apenas mostrar aos menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro”. De fato, era uma questão de “leis naturais se desenvolvendo com férrea necessidade” (SHANIN, 2017, p. 27).

Para o autor, esse talhe evolucionista e unilinear seria depois abandonado por Marx nos anos 1870-80, o que ficaria evidente nos textos de 1878 e 1881 sobre a Rússia. Nesses últimos textos, Shanin defende que Marx teria abandonado o evolucionismo ainda presente n’*O capital* e passaria a adotar uma posição segundo a qual “para dizê-lo sem rodeios, para Marx, a Inglaterra que ele sabia ser ‘mais desenvolvida industrialmente’ não oferecia, e nem poderia, de fato, ‘oferecer para a menos desenvolvida Rússia a ‘imagem de seu próprio futuro’” (SHANIN, 2017, p. 48). Haruki Wada também traz uma leitura semelhante, embora o faça com mais mediações

⁹ Essa expressão francesa faz referência à famosa “Batalha” das Forças Caudinas (batalha entre aspas porque não ocorreu realmente um confronto entre os exércitos). Utiliza-se a expressão em francês “passer sous les fourches caudines” para dizer “passar por uma situação desagradável, dura, humilhante”. A expressão faz referência a um evento ocorrido na Segunda Guerra Samnita (321 aC), quando o exército romano foi humilhado pelo exército Samnita de Caius Pontius nas *Furculae Caudinae*, um desfiladeiro na região da Campânia. Sobre isso, cf. Lívio (1910). Para uma versão traduzida, cf. Lívio (1926).

do que Shanin. O marxólogo japonês considera que “naquele momento [em 1867], parece, ele supunha que a Rússia, assim como a Alemanha, seguiria o exemplo da Inglaterra” (WADA, 2017, p. 81) [destaque nosso]. *Autrement dit*, segundo Wada, *de te fabula narratur* significaria que Marx via no curso do desenvolvimento capitalista um modelo geral para o desenvolvimento de todos os povos, tanto para a Alemanha, quanto para a Rússia, independentemente de suas particularidades e apesar de quaisquer esforços conscientes dos homens.

Entretanto, consideramos que, apesar dos argumentos de Shanin e de Wada, em 1878, Marx não estaria rejeitando aquilo que ele afirmou no prefácio de 1867 à edição alemã de *O capital*. Ao contrário, ele reafirma em 1878 o que ele escreveu em 1867 quando ele menciona as “vicissitudes férreas do capitalismo”, apenas trazendo algo que seria específico da Rússia em 1878, uma oportunidade que não existia, por exemplo, para a Alemanha de 1867, qual seja: a de evitar que o presente inglês se tornasse o futuro russo, de evitar a consolidação do capitalismo e todas as agruras que acompanham esse regime. Quando Marx exclama “o país que é mais desenvolvido industrialmente apenas mostra ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro!”, parece-nos que algo muito elementar, mas que muitos intérpretes ignoram, é que essa frase *expressamente* diz que o presente de países onde o capitalismo estava mais desenvolvido, como a Inglaterra, mostrava aos menos industrialmente desenvolvidos, como a Alemanha em 1867, o seu futuro. Ou seja, esse “vislumbre do futuro” se limitava aos países que já trilhavam o caminho do desenvolvimento capitalista, como a Alemanha. O autor ali nada diz sobre países como a Rússia, que, embora estivesse às portas do capitalismo em 1878, ainda não era um país propriamente capitalista.

E por que Marx considerava possível dizer que o presente inglês de 1867 era como um espelho para o futuro das nações industrializadas, mas menos desenvolvidas que a Inglaterra? Pois as leis e tendências gerais que regem a produção capitalista na Inglaterra eram as mesmas que regiam a produção capitalista na Alemanha, de modo que as contradições que o movimento da produção capitalista havia engendrado na Inglaterra e que ali apareciam de maneira tão patente também logo se mostrariam na Alemanha. Tudo isso está dito de forma bastante clara no texto.

Era por isso que, diante do leitor alemão que olhasse a situação da classe trabalhadora inglesa e encolhesse fariseicamente os ombros e comentasse como a situação da classe trabalhadora alemã não estava tão ruim na Alemanha, Marx podia tomar como suas as palavras de Horácio, e exclamar: *Mutato nomine de te fabula narratur!* Pouco importava se na Alemanha, quando comparada com a Inglaterra, os

antagonismos de classes engendrados pelo funcionamento do modo de produção capitalista ainda estivessem relativamente latentes ou ainda não tão evidentes quanto na velha *Blighty*: as mesmas leis que regem o capitalismo inglês também regiam o alemão, pois elas são as leis gerais da produção capitalista. Desse modo, à medida que a produção capitalista alemã avançasse, os antagonismos que eram tão evidentes na Inglaterra, mas ainda não tão aparentes na Alemanha em 1867, logo se desnudariam diante dos olhos do povo germânico. É forçoso notar aqui que Marx nem sequer generaliza essa passagem para países não industriais, como alguns intérpretes parecem sugerir, mas apenas aos países que já haviam embarcado no caminho do desenvolvimento industrial e, portanto, já estavam sujeitos às tendências que regem e atuam na produção capitalista com “férrea necessidade”.

Essa dura advertência que Marx fazia ao público alemão é extremamente relevante, na medida que ela nos lembra que, embora a Inglaterra seja uma presença constante em *O capital*, a obra não se dedicava ao estudo do capitalismo inglês, isto é não se tratava de uma obra dedicada às especificidades de como o capital aparecia na Inglaterra. John Bull servia para Marx na pesquisa e exposição porque ali as leis e as tendências que regiam a produção capitalista em geral apareciam de maneira mais clara do que nos demais países capitalistas, graças ao avançado desenvolvimento do capitalismo inglês. Como nosso autor afirma,

o que pretendo nessa obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação. Sua localização clássica é, até o momento, a Inglaterra. Essa é razão pela qual ela serve de ilustração principal à minha exposição teórica (MARX, 2017, p. 78).

Portanto, Marx antecipava a objeção do leitor alemão que, vendo como o autor se valia da Inglaterra para fins de exposição, negasse a relevância da obra para a Alemanha, pois esta não era tão desenvolvida industrialmente quanto aquela. Embora em comparação com a inglesa, a produção capitalista alemã fosse ainda extremamente atrasada, à medida que o regime capitalista se desenvolvesse na Alemanha, sua produção também se submeteria àquelas mesmas leis e tendências gerais que regiam a produção capitalista na Inglaterra e que Marx buscou expor em *O capital*. Isso em momento algum Marx rejeita. Ele inclusive reforça isso na carta de 1878, dizendo expressamente que, caso a Rússia ingressasse no caminho do capitalismo, ela também se submeteria às suas ‘leis naturais’. Nesse sentido, consideramos equivocada a afirmação de Shanin de que nesse texto “para Marx, a Inglaterra que ele sabia ser ‘mais desenvolvida industrialmente’ não oferecia, e nem poderia, de fato, ‘oferecer para a menos desenvolvida Rússia a ‘imagem de seu próprio futuro’” (SHANIN, 2017, p. 48).

Além de não captar adequadamente o real sentido do trecho do Prefácio da primeira edição alemã d'*O capital*, parece-nos que o autor se equivoca ao sugerir que em 1878 o Velho Nick teria abandonado a visão exposta em 1867.

O que o autor buscou expor n'*O capital* não era a anatomia geral da sociedade capitalista inglesa, mas a anatomia da sociedade capitalista em geral. Para isso, como o cientista que busca analisar um fenômeno no estado menos obscurecido o possível de “influências perturbadoras, ou, quando possível, realiza experimentos em condições que asseguram o transcurso puro do processo” (MARX, 2017, p. 78), Marx buscava analisar o modo de produção capitalista na sua forma ‘pura’, menos obscurecida por formações antediluvianas, isto é, ele buscava aquilo que lhe era específico e característico, sem correr o risco de se deixar confundir por fenômenos estranhos a esse regime de produção em particular. Para tanto, era primordial poder observá-lo em seu funcionamento próprio, onde operasse o menos afetado o possível por relações provenientes de modos de produção anteriores ao capitalismo. Por exemplo, analisar a especificidade do modo de produção capitalista partindo do estudo da realidade russa na segunda metade do século XIX, em que relações capitalistas existiam em um modo de produção ainda predominantemente agrário e comunal, seria como a décima terceira tarefa digna de Hércules, uma que muito provavelmente se mostraria infrutífera, eis que ali as relações propriamente capitalistas estariam diluídas em meio às relações comunais e agrárias.

Ocorria então apenas que era na velha Inglaterra onde seu objeto aparecia “mais nitidamente e menos obscurecidos por influências perturbadoras” (MARX, 2017, p. 78), pois dentre os países industriais, a “rosa inglesa” era a menos afligida por “misérias herdadas, decorrentes da permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas” (MARX, 2017, p. 79). E isso justamente porque, somente na Inglaterra, rompeu-se com as relações feudais de forma radical no processo da assim chamada acumulação originária. Foi a forma violenta com que se deu a reestruturação das relações de distribuição na Inglaterra que permitiu com que as legalidades econômicas da produção capitalista aparecem ali de maneira tão nítida. Como esclarece Lukács, “a Inglaterra, país clássico do capitalismo, só atinge essa classissidade depois da acumulação originária e em função dela” (LUKÁCS, 2012, p. 378). Isso posto, se fôssemos utilizar os termos de Marx em sua *Crítica ao Programa de Gotha*, dentre os “países civilizados”, era na Inglaterra que a sociedade capitalista existia mais “livre dos elementos medievais” (MARX, 2012, p. 35). No outro polo, de países civilizados menos livres “dos elementos medievais”, teríamos, por exemplo, a Alemanha, rica em “misérias

herdadas”. Na Alemanha, o *Ancien Régime* ainda não havia cantado a canção do cisne. Ali, o belo e trágico *ballet* do cisne francês havia se degenerado em uma cômica dança da galinha.

Mas retornemos à Rússia. Marx fala em 1878 claramente que, caso os revolucionários russos não aproveitassem a oportunidade oferecida pela comuna agrária russa, apropriando-se “sem experimentar a tortura infligida por esse regime, [...] de todos os seus frutos mediante o desenvolvimento de seus próprios pressupostos históricos” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 54), e continuasse no caminho trilhado desde 1861, o regime capitalista e suas “vicissitudes fatais” ali se imporiam tal como nos demais países europeus capitalistas. Considerando que *Otechestvennye Zapiski* era um jornal legal na Rússia tsarista, Marx não poderia dizer muito claramente qual era essa oportunidade da comuna agrária e como se interromperia o “rumo tomado depois de 1861”, mas acreditamos que esses pontos ficarão mais claros na correspondência com Vera Zasluch. Todavia, o que fica claro aqui é que, após anos de estudos sobre a situação russa, Marx chegou à conclusão de que a Rússia percorria um caminho que, caso não fosse interrompido o mais rápido possível, conduziria ao seio do desenvolvimento capitalista. Ou seja, o único modo de evitar essas vicissitudes era evitando que a Rússia se tornasse capitalista, eis que essas “*fourches caudines*” são inerentes ao modo de produção.

Continuemos a análise do texto. Marx afirma então que

o capítulo sobre a acumulação primitiva [originária] visa exclusivamente traçar a rota pela qual, na Europa ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal. Portanto, ele expõe o movimento histórico que, divorciando os produtores de seus meios de produção, converteu os primeiros em assalariados (proletários, no sentido moderno da palavra) e os detentores dos últimos em capitalistas (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 55).

Ou seja, o autor esclarece que o Capítulo XXIV visa expor a gênese histórica do capitalismo a partir da ordem feudal. Diferentemente da Rússia, onde a terra era comunal, na Europa Ocidental a propriedade da terra era privada e parcelar, com o produtor ligado à terra como seu proprietário. Com o processo da assim chamada acumulação originária, esses produtores foram expropriados de suas terras e foram transformados em trabalhadores assalariados, sem nada para vender senão sua força de trabalho. De outro lado, esse processo fez com que os meios e condições de produção se concentrassem nas mãos de uns poucos, os quais se tornaram os capitalistas.

Marx prossegue então citando um trecho do Capítulo XXIV.

Nessa história, “o que faz época é toda revolução que serve de alavanca

para o avanço da classe capitalista em formação, sobretudo aquelas que, despojando grandes massas de seus meios de produção e de subsistência tradicionais, lançam-nas de modo imprevisível no mercado de trabalho. Mas a base de toda essa evolução é a expropriação dos agricultores. Ela só se realizou de um modo radical na Inglaterra [...]. Mas todos os outros países da Europa ocidental percorrem o mesmo processo etc.” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 55).

Esse "esboço histórico" que ele constrói em *O capital* visa a esclarecer como na história europeia o capitalismo nasceu das entranhas do feudalismo, mostrando como a expropriação dos produtores é a base da produção capitalista. Como mostra nosso autor, o modo de produção capitalista pressupõe a separação entre produtores e meio de produção e a criação de uma massa de pessoas que não têm nada mais o que vender senão sua força de trabalho, de maneira que o momento de transição do feudalismo para capitalismo foi marcado justamente por esse processo. Dentro da crítica da economia política, esse capítulo serve ainda para evidenciar a historicidade das relações capitalistas, contrapondo-se aos autores da economia política que viam as relações capitalistas por todo lado na história humana, ao invés de percebê-las como apenas um momento determinado e bastante recente do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, o Capítulo XXIV é uma exposição da gênese histórica do capitalismo, demonstrando como esse modo de produção nasce não de uma acumulação originária, como supunha Adam Smith, mas da expropriação da massa do povo. Em verdade, o principal propósito desse capítulo dentro de *O capital* era justamente esse, de se contrapor à explicação da economia política clássica acerca da gênese do capital, além de servir ao supramencionado propósito de expor como esse modo de produção não constitui senão um momento recente na história humana. O autor no Capítulo XXIV da obra visa desafiar a ideia de que “numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo perniciosa e por outro vadios que gastavam tudo” (MARX, 2017, p. 785). Ele se contrapõe às teorias que situavam a origem das classes burguesa e proletária na esfera de circulação, colocando os burgueses como aqueles que, por sua parcimônia e prudência, apropriaram-se da riqueza universal poupando-a, ao passo que a classe proletária tem sua origem naqueles que, por prodigalidade, usufruíram da riqueza real ao invés de poupá-la, razão pela qual tem que trabalhar para sobreviver. Assim, o capítulo da “assim chamada acumulação originária” mostra como o capitalismo não é engendrado por uma acumulação originária, mas sim da expropriação, da separação do produtor direto dos meios e condições de produção. Não se tratava, contudo, de verificar se aquela via de entificação do capitalismo era geral ou de construir um modelo a partir dela, e

sim de apontar os equívocos da forma como a economia política clássica tratava da acumulação capitalista, isso a partir de um esboço histórico de como o modo de produção capitalista efetivamente nasceu do ventre da sociedade feudal europeia, com destaque para a Inglaterra.

É importante esclarecer aqui que o autor retirou a passagem acima da edição francesa de 1872-75¹⁰, a qual, diferentemente da edição alemã original, restringe o processo da assim chamada acumulação originária aos países da porção Ocidental da Europa. Ele assim também o faz nos rascunhos e na carta a Vera Zasulich, servindo-se de passagens da edição francesa iniciada em 1872. Contudo, não parece haver outra razão por detrás disso senão o fato de esses textos terem sido escritos em francês, de modo que o autor fez uso da tradução francesa¹¹. Nesse sentido, consideramos que a preferência pela edição francesa não se deveu à “taxativa restrição à Europa Ocidental que ali se expressa como escopo das considerações acerca da gênese do capitalismo a partir ‘das entranhas da ordem feudal’” (FARIA, 2017, p. 132), mas sim a uma explicação muito mais simples.

Sobre as diferenças entre como esse trecho aparecia na primeira edição alemã e como aparecia na tradução francesa de 1872 dedicaremos algumas palavras a mais¹². Na primeira edição alemã de *O capital*, que foi a base da primeira tradução do texto para o russo iniciada em 1868 e completada por Danielson em 1872, o trecho citado por Marx na carta de 1878 consta assim:

Historisch epochemachend in der Geschichte des Scheidungsprozesses sind die Momente, worin grosse Menschenmassen plötzlich und gewaltsam von ihren Subsistenzund Produktionsmitteln geschieden und als vogelfreie Proletarier auf den Arbeitsmarkt geschleudert werden. Die Expropriation der Arbeiter von Grund und Boden bildet die Grundlage des ganzen Prozesses. Wir haben sie also zuerst zu betrachten. Ihre Geschichte nimmt in verschenken Ländern verschiedene Färbung au und durchläuft die verschiedenen Phasen in verschiedener Reihenfolge. Nur in England, das wir daher als Beispiel nehmen, besitzt sie klassische Form. (MARX, 1867, p. 701)¹³

¹⁰ A história da primeira tradução francesa do Livro I d'*O capital* é extremamente interessante, uma vez que Marx, insatisfeito com o trabalho do tradutor francês, Joséph Roy, encarregou-se diretamente da tradução (MARX in DANIELSON *et al.*, 1981, pp. 26-7). Assim, Marx aproveitou-se do fato de que teria que fazer várias correções no trabalho de J. Roy e fez diversas modificações e retificações no seu texto, em especial na Seção V da obra (MARX in DANIELSON *et. al.*, 1981, pp. 92-3). Sobre a tradução francesa, cf. Musto (2023, pp. 122-4).

¹¹ Embora Marx fosse plenamente capaz de ler em russo e talvez escrever na língua também, o francês lhe era muito mais natural, sendo que escrevia grande parte de suas correspondências em francês, incluindo suas cartas para Nikolai Danielson.

¹² A primeira edição do Volume I de *O capital* era dividida em seis capítulos/seções e a parte dedicada à assim chamada acumulação originária compunha o segundo item do sexto capítulo, “o processo de acumulação do capital”. Esse trecho foi depois expandido e se tornou o Capítulo XXIV nas edições seguintes, inclusive na tradução francesa de 1872/73.

¹³ Na história do processo de divórcio, fazem época os momentos em que grandes massas de pessoas são repentina e violentamente separadas de sua subsistência e meios de produção e jogadas no mercado de trabalho como proletários livres. A expropriação da terra dos agricultores constitui a base de todo o

Já na edição francesa, esse trecho consta na seguinte forma

Dans l'histoire de l'accumulation primitive, toute révolution fait époque qui sert de levier à l'avancement de la classe capitaliste en voie de formation, celles surtout qui, dépouillant de grandes masses de leurs moyens de production et d'existence traditionnels, les lancent à l'improviste sur le marché du travail. Mais la base de toute cette évolution, c'est l'expropriation des cultivateurs. Elle ne s'est encore accomplie d'une manière radicale qu'en Angleterre : ce pays jouera donc nécessairement le premier rôle dans notre esquisse. Mais tous les autres pays de l'Europe occidentale parcourent le même mouvement, bien que selon le milieu il change de couleur locale, ou se resserre dans un cercle plus étroit, ou présente un caractère moins fortement prononcé, ou suive un ordre de succession différent. (MARX, 1989, p. 634)¹⁴

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que embora Marx tenha iniciado a revisão da tradução francesa em 1872, ele só terminou a revisão em 1875, isto é, depois que a segunda edição alemã já havia sido publicada. Nesse sentido, o ideal seria compararmos esses dois trechos também com a edição alemã de 1873. Mas considerando que a primeira edição da tradução russa usou de referência a edição de 1867, no momento essa falta não compromete muito nossa análise.

Comparando os dois textos, para além de algumas alterações estilísticas e o acréscimo da frase sobre as revoluções que serviram de alavanca para o avanço da classe capitalista em vias de formação, o conteúdo não se difere tanto quanto Faria sugere. Na primeira edição alemã, de 1867, Marx colocava que o processo da expropriação dos produtores, que é a base da assim chamada acumulação originária, ocorria em vários países, sendo que em cada um deles assumia coloridos diferentes e fases em ordens diferentes entre si. A Inglaterra assumia um papel principal na exposição desse processo porque ali essa expropriação se dava de *forma clássica*. Note-se assim que nessa versão do texto, Marx já deixava plenamente evidente que o processo de divórcio dos meios de produção e dos produtores se dava de formas distintas nos diferentes países e que de modo algum a forma como isso se deu na Inglaterra era a única possível.

Já na edição francesa, Marx afirma que *todos os países da Europa Ocidental* percorriam o mesmo caminho de expropriação dos produtores, mas que esse processo

processo, por isso temos que olhar para eles primeiro. Sua história leva cores diferentes em diferentes países e passa por diferentes fases em ordem diferente. Somente na Inglaterra, que tomamos como exemplo, tem uma forma clássica (tradução livre).

¹⁴ *Na história da acumulação originária, faz época toda revolução que serve de alavanca ao avanço da classe capitalista em vias de formação, sobretudo aquelas que, despojando as grandes massas de seus meios de produção e de existência tradicionais, lançam-nas inesperadamente no mercado de trabalho. Mas a base de toda essa evolução é a expropriação dos camponeses. Ela apenas se consumou de maneira radical na Inglaterra: assim, esse país necessariamente desempenhará papel principal em nosso esboço. Mas todos os outros países da Europa Ocidental executam o mesmo movimento, ainda que, dependendo do meio, ele mude de cor local, ou se feche em um círculo mais estreito, ou tenha um caráter menos pronunciado, ou siga uma ordem de sucessão diferente.* (tradução livre)

assume diferentes coloridos locais, sendo que apenas na Inglaterra essa expropriação havia se dado de *forma radical*. Perceba-se então que na edição francesa de 1872-75, Marx observa que em todos os países da Europa Ocidental já se iniciara a expropriação dos produtores, mas apenas na Inglaterra esse processo se consumara de modo radical. Nesse sentido, as principais alterações que identificamos de uma edição para a outra nesses dois trechos são que: i) na edição alemã de 1867, Marx não menciona especificamente os países da Europa Ocidental, ao passo que na edição francesa de 1872-75, ele afirma que todos eles já percorriam o caminho da expropriação dos produtores; ii) na edição alemã de 67, ele se refere à forma inglesa como ‘clássica’, ao passo que na edição francesa de 1875 ele diz que na fora apenas na Inglaterra onde esse processo se deu de forma radical.

Quanto ao primeiro ponto, o acréscimo da especificação dos ‘países da Europa Ocidental’ de modo algum serve para corrigir uma suposta generalização presente no sentido original do trecho, uma vez que a versão de 1867 em nenhum momento generalizava o esboço da assim chamada acumulação originária do Capítulo XXIV como um processo homogêneo e universal para todos os países. Ao nosso ver, na tradução francesa de 1872-75, Marx buscava indicar que em todos os países europeus ocidentais essa expropriação dos produtores já estava em pleno curso. Mas como em nenhum deles esse divórcio havia se dado de modo tão radical quanto na Inglaterra, a assim chamada acumulação originária tal como se deu entre os ingleses que assumiria o papel de destaque na exposição do Capítulo XXIV. Por conseguinte, não se trata efetivamente de uma espécie de correção do trecho original de 1867 no sentido de restringir a validade do esquema da assim chamada acumulação originária para a Europa Ocidental, assim excluindo, por exemplo, os países da Ásia e a Rússia, como de certo modo sugere Faria. De todo modo, a partir de uma leitura cuidadosa fica claro que, na versão de 1867, Marx não está utilizando a história de como a separação entre produtores e meios de produção se passou na Inglaterra para conceber um modelo geral de como esse processo se daria por toda parte. Com efeito, em nenhuma das duas versões há uma generalização que desconsidere as particularidades locais ou que afirme que todos os países inevitavelmente seguiriam o mesmo caminho trilhado pela Inglaterra. Em ambos, nosso autor ressalta que cada país que passava pela formação do capitalismo vivia o processo de separação entre produtores e meios e condições de produção de uma forma particularmente sua, assumindo diferentes “coloridos locais” e fases em ordens diferentes. Assim, as sutis modificações sofridas nesse trecho entre 1867 e 1872-75 de forma alguma são suficientes para sustentar que a versão francesa do texto seria um sintoma do

abandono de supostos esquemas unilineares da parte de Marx. A especificação com relação aos países da Europa Ocidental deve-se principalmente ao fato de ter sido nessa porção do continente europeu em que, assim como na Inglaterra, a produção capitalista foi antecedida pela feudal, de modo que a transição deste modo de produção para aquele se daria de modo mais ou menos semelhante ao exposto no Capítulo XXIV. Onde a propriedade da terra não possuía forma similar à encontrada na Inglaterra e em países da Europa Ocidental como a França, a coisa não poderia se dar como vemos em *O capital*, pois ali o autor mostra como se deu a gênese do capitalismo a partir das entranhas da ordem feudal.

Quanto à mudança da caracterização do processo de expropriação do produtor inglês de “clássica” para “radical”, parece-nos que também se trata mais de um ajuste na exposição que não altera substancialmente o sentido de uma versão para a outra. No máximo, partindo de algumas considerações tecidas por Lukács no primeiro volume de *Para uma ontologia do ser social*, poderíamos supor talvez que Marx teria reconsiderado a possibilidade de atribuir “classicidade” a um momento transicional como o da assim chamada acumulação originária, uma vez que se trataria de uma zona *gris* por excelência. Como vimos anteriormente, Marx afirma no prefácio de 1867 d’*O capital* que a formação capitalista inglesa era clássica na medida que era menos turvadas por resquícios de outras formações sociais, fazendo com que as legalidades próprias do capitalismo aparecessem ali de forma mais clara. E como aponta Lukács, essa ‘classicidade’ seria resultado da violência com a qual se deu a reestruturação das relações econômicas na Inglaterra no momento da assim chamada acumulação originária, rompendo de forma *radical* com as antigas estruturas de produção. Assim, nas palavras do filósofo húngaro afirma, “a Inglaterra, país clássico do capitalismo, só atinge essa classicidade *depois da acumulação originária em em consequência dela*” (LUKÁCS, 2012, p. 378) [destaque nosso]. Nesse sentido, não faria sentido dizer ‘clássica’ na separação dos produtores e dos meios de produção tal como ocorreu na Inglaterra, e sim radical, sendo justamente em virtude dessa radicalidade como se deu a assim chamada acumulação originária em Albion, essa gênese violenta, que se poderia falar depois no desenvolvimento do capitalismo inglês como clássico, eis que teria se rompido de forma violenta, radical com as antigas relações de produção. Contudo, e é importante frisá-lo, isso resta apenas como uma *hipótese* extrapolada a partir de elaborações de Lukács, e não do próprio Marx.

Partindo dessas modificações, Haruki Wada considera que é possível inferir uma “nova concepção que Marx formulou com base em seus estudos até o momento” (WADA, 2017, p. 87). Wada considera que seria uma “uma implicação óbvia dessa

correção” (WADA, 2017, p. 88) na edição francesa que “a forma inglesa de expropriação dos camponeses é aplicável apenas à Europa Ocidental, ou, para dizê-lo de outra forma, que a Europa Oriental e a Rússia podiam seguir linhas de evolução completamente diferentes” (WADA, 2017, p. 88). Contudo, ao nosso ver, aqui Wada se equivoca por duas razões. Em primeiro lugar, não havia nada na primeira versão que conduziria à afirmação de que a Rússia ou a Europa Oriental deveriam seguir um caminho igual ao inglês. Por demais, Marx em momento algum propõe uma “forma inglesa” aplicável a qualquer outro lugar que não a Inglaterra, ele apenas diz que os países da Europa Ocidental seguem o mesmo movimento observado na Inglaterra entre os séculos XV e XVII, isto é, a expropriação das terras camponesas, mas que isso ocorre em cada lugar de uma forma particular. Por essa mesma razão também discordamos com a afirmação de Faria segundo a qual, tanto no texto de 1878, quanto nos esboços de sua resposta a Vera Zasulich, de 1881, Marx faria uso de um trecho retirado da edição francesa ao invés do texto do original alemão “de modo matreiro, a versão francesa de seu texto, já imunizada contra as possíveis leituras evolucionistas, para esquivar-se justamente de uma acusação de evolucionismo histórico-filosófico” (FARIA, 2017, pp. 136-7). Tal afirmação nos parece equivocada não só pela razão à qual aludimos acima, isto é, que Marx usa da edição francesa porque escreveu o texto em francês, mas também porque uma leitura evolucionista do texto em sua redação original de 1867 já era descabida, como pretendemos acima ter apontado.

Tampouco poderíamos chegar a uma conclusão semelhante a partir da sugestão feita por Marx a Nikolai Danielson que na elaboração da segunda edição russa do Livro I de *O capital* o tradutor também levasse em consideração a edição francesa da obra. Embora Marx ressalte que a edição francesa possuía muitos acréscimos e modificações importantes em relação à versão alemã, a tradução deveria levar em conta também a segunda edição alemã, inclusive porque Marx considerava que fora forçado a “aplainar” alguns de seus argumentos no momento de traduzir o texto para o francês (MARX *in* MARX; ENGELS, 2020, p. 329). Não se sustenta a ideia de que seria só a partir de seus estudos ao longo da década de 1870, sobretudo de seu contato com os autores russos, que Marx aceitaria uma “multiplicidade de caminhos também dentro de um mundo onde o capitalismo existia e se tornava uma força dominante” (SHANIN, 2017, p. 67). Isso porque a ideia de um único caminho possível em momento algum é defendida por Marx em *O capital* – esse tipo de esforço está ao mesmo além e aquém da função da obra. “Além” porque ali o autor parte em uma empreitada bastante específica de apreender e reproduzir o ser propriamente assim da sociedade capitalista, isto é, sua existência efetiva, sem se dedicar a uma teoria da história

humana em geral. “Aquém” porque não consegue chegar à radicalidade da crítica marxiana e de seu *rapport* com a realidade.

*Mais maintenant revenons à nos moutons*¹⁵. Depois de trazer um pequeno apanhado sobre a assim chamada acumulação originária, Marx se dedica a criticar a forma como seu esquema histórico era aplicado à Rússia. Primeiro, Marx traz a conclusão que seria, a seu ver, a mais óbvia para a Rússia e a única possível a partir da leitura de *O capital*:

Se a Rússia tende a tornar-se uma nação capitalista a exemplo das nações da Europa ocidental – e durante os últimos anos ela se esforçou muito nesse sentido –, não será bem-sucedida sem ter transformado, de antemão, uma boa parte de seus camponeses em proletários; e, depois disso, uma vez levada ao âmago do regime capitalista, terá de suportar suas leis impiedosas como os demais povos profanos. Isso é tudo! (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56)

Trata-se daquilo que já afirmamos anteriormente, isto é, que uma vez consolidado o capitalismo na Rússia, os russos teriam que suportar as mesmas leis que regiam a produção capitalista dos “povos profanos” como os ingleses. Note-se como aqui ele reitera que “o país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro”. Mas para que ela pudesse efetivamente se tornar capitalista, a grande massa dos camponeses russos deveria ser transformada em proletariado, isto é, deveriam ser separados dos meios de produção. Mas sobre como isso se daria, não há como chegar à conclusão alguma apenas lendo o Capítulo XXIV. Apenas o estudo da concretude da realidade russa nos permitiria chegar a conclusões específicas sobre esse processo. Não cabia, partindo apenas da leitura do Capítulo XXIV, chegar a conclusões mais exatas sobre a Rússia, pois naquela obra, o autor apenas nos oferece um esboço geral sobre a gênese do capitalismo partindo do caso inglês. Ele aqui não fala como se daria a transformação dos camponeses russos em proletariado porque não é possível afirmar nada de certo sobre isso apenas partindo apenas da leitura do Capítulo XXIV. Se começo da carta Marx traz sua posição sobre a comuna agrária foi apenas porque por vários anos ele vinha estudando a questão, não se tratando de qualquer dedução lógica ou aplicação de uma teoria.

“Mas isso é pouco para o meu crítico” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56), Marx continua. Ao invés de limitar-se à conclusão que se poderia chegar, transformou-se seu “esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos,

¹⁵ *Mas agora retornemos ao nosso assunto.*

independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56). Isso porque Marx dedicava-se a, como ele mesmo expõe na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, “apreender a lógica específica do objeto específico” (MARX, 2010, p. 108), isto é, “desvendar os nexos imanentes aos ‘objetos reais’” (CHASIN, 2009, p. 72). A partir da *Crítica de Kreuznach* (43/44), quando se opera a virada ontológica apontada por J. Chasin, Marx se guia pela investigação da “lógica imanente e seus próprios nexos, não em consequência formal e linear de [...] uma simples e mera reorganização da subjetividade do autor” (CHASIN, 2009, p. 58). Em outras palavras, o pensamento marxiano a partir de 1843/44 passa sempre a se subsumir criticamente “aos complexos efetivos, às coisas reais e ideais na mundanidade” (CHASIN, 2009, p. 58), no intuito de reproduzir na teoria o movimento do real.

Em virtude desse talhe ontológico que caracteriza a obra de Marx desde a década de 1840, seria impensável ver no seu esboço histórico uma tentativa de um tipo de postulado apriorístico sobre o “curso geral fatalmente imposto a todos os povos”, desconsiderando todas as determinações concretas de cada povo em particular. Apenas mergulhando-se nas determinações concretas e particulares da realidade de cada povo é que se poderia dizer qualquer coisa sobre o caminho a ser percorrido “para acabar chegando à formação econômica que assegura, com o maior impulso possível das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral possível de cada produtor individual” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56). Diante dessa expectativa, sentia-se “tão honrado quanto ofendido” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56). Honrado, talvez porque seu crítico assim lhe atribuiria a capacidade quase divina de conseguir prever o futuro de todos os povos por meio de um “simples” esboço. Ofendido pela grave incompreensão de sua obra.

Como já mencionado acima, essa carta nunca foi enviada por Marx ao comitê editorial da revista. Engels considerava a explicação para isso bastante simples e tendemos a concordar com ele, como já indicamos anteriormente. Entretanto, Haruki Wada sugere que haveria uma razão mais profunda por trás do não envio da carta por Marx, uma que estaria relacionada ao próprio curso do pensamento de Marx no fim da década de 1870. Segundo o comentarista japonês,

a reprovação que Marx aponta para Mikhailovsky está, evidentemente, bem afastada do alvo e é irrelevante, porque a interpretação deste último não pode ser vista como um erro total. Foi Marx, na realidade, quem passou por uma mudança significativa depois que escreveu a primeira edição alemã de *O capital* (WADA, 2017, p. 101).

Como já é possível se perceber pelos trechos trazidos aqui, Wada considera

que antes da década de 1870, Marx de fato sustentava a posição que lhe foi atribuída por Mikhailovsky no artigo *Karl Marx ante o tribunal do sr. Zhukovsky*, inclusive no Volume I de *O capital*, e que entre 1869 e 1878 o autor renano iria se distanciar do suposto esquematismo manifesto até então. Especificamente sobre a Rússia, Wada considera que as críticas feitas por Marx a Herzen em 1867, sobretudo à forma como o populista russo via a *obshchina* como uma manifestação da particularidade russa, deviam-se ao fato de que Marx naquele momento “supunha que a Rússia, assim como a Alemanha, seguiria o exemplo da Inglaterra” (WADA, 2017, p. 81). Portanto, para Wada a posição que Mikhailovsky atribui ao autor de *O capital* de fato seria a posição de Marx em um dado momento, de modo que em 1878 Marx só discordaria da leitura de Mikhailovsky porque entre 1867 e 1878 o próprio Marx teria mudado de forma expressiva seu pensamento. Wada considera que o próprio Marx teria então se dado conta disso, de modo que a verdadeira razão pela qual Marx não enviou o texto seria porque teria visto “algo de errado em sua crítica a Mikhailovsky” (WADA, 2017, p. 102).

Contudo, consideramos essa interpretação incorreta. Nem em 1867, nem em 1878 a interpretação que Mikhailovsky trazia para *O capital* correspondia com a posição de Marx, como tentamos demonstrar, e tampouco a reprovação de Marx quanto àquela leitura que se fazia da obra não era derivada de uma “mudança significativa” pela qual o autor teria passado desde 1867. Como vimos, no texto de 1878 o autor não expressa nenhuma visão que indique um afastamento das ideias expostas em 1867. Pelo contrário, há evidente continuação. Entretanto, não há nada que sustente essa sua hipótese, muito menos algo que sugira que a razão dada por Engels não seria a verdadeira. Parece-nos muito mais razoável seguir a razão dada por Engels, companheiro e colaborador de longa data de Marx, do que ceder a especulações de biógrafos cem anos depois da morte do autor.

É preciso lembrar ainda que quando fora publicado na Rússia, *O capital* apenas escapara ao pente dos censores do tsar porque consideraram que, embora Marx fosse um conhecido comunista, a obra não poderia “ser qualificada de acessível a todos” (MARX in MARX; ENGELS, 2020, p. 306), como o autor certa vez escreveu a Friedrich Sorge. Entretanto, o que diriam esses censores se a *Otechestvennyye Zapiski* publicasse um texto do famoso “Dr. Vermelho” não apenas tratando da Rússia e da propriedade comunal de forma tão clara, mas também ecoando as ideias de Nikolai Tchernyshevsky, teórico que estava desde 1862 exilado na Sibéria por seus escritos de economia política?

Ademais, como veremos mais à frente, as críticas de Marx às leituras que alguns

russos faziam de *O capital*, sobretudo do Capítulo XXIV, não passaram por alguma mudança substancial entre 1878 e 1881, quando o autor responde a carta de Vera Zasluch. Se Marx via algo de errado em suas críticas a Mikhailovsky, sua argumentação sobre a questão da comuna em 1881 haveria de ter modificações expressivas em relação ao posicionamento expresso em 1878, o que de fato não acontece. Tampouco poderíamos ver nas alterações na redação do Volume I de *O capital* da edição alemã de 1867 para a tradução francesa iniciada em 1872, como sugere Faria (2017). Sobre essa teoria, esse autor diz que

outro argumento para o engavetamento dos esboços por Marx seria o reconhecimento da pertinência das críticas de Mikhailovsky, ou mesmo da inconsistência de sua própria resposta (WADA, 1983, p. 60), críticas as quais já tinham sido feitas pelo filósofo a si mesmo, como dito acima, conforme se pode notar pelas revisões na edição francesa de *O capital* (ANDERSON, 2010, p. 171), edição que é tomada por base para a resposta não só aos ataques de seu crítico, mas também como para a resposta a Zasluch, alguns anos depois (FARIA, 2017, p. 129).

Ou seja, Faria parece acolher a razão dada por Wada e chega mesmo a sugerir que as modificações feitas por Marx no texto da tradução francesa evidenciarium uma concordância por parte do autor alemão em relação ao tipo de crítica feita por Mikhailovsky. E sobre essas revisões, o autor diz o seguinte:

Identificando no texto de Mikhailovsky um ataque às suas ideias, o que suprime qualquer fundamento possível para a leitura de Riazanov, Marx se apressa em preparar um revide, redigindo uma breve, mas pesada, epístola, em que cintilam pontos de surpreendente concordância com as posições de seu próprio oponente, ao qual o filósofo busca sintomaticamente responder valendo-se de uma edição do texto criticado, seu livro *O capital*, em que já foram sanados os problemas apontados pelo crítico, sua edição francesa, vinda à luz entre os anos de 1872 e 1875, marcada por importantes revisões no que diz respeito ao fulcro da crítica do perspicaz do pensador e publicista russo. (FARIA, 2017, p. 129)

Aqui, o autor muito provavelmente se refere à retirada da crítica a Herzen, o acréscimo do elogio a Tchernyshevsky e a alteração na primeira parte do que viria a se tornar o Capítulo XXIV. Entretanto, como vimos anteriormente, se olharmos bem as alterações na redação da introdução do Capítulo XXIV e as compararmos à redação original, a modificação não é tão expressiva como o autor sugere. Ademais, as críticas de Mikhailovsky não tinham muito fôlego nem se feitas em relação ao texto original, de maneira que as mudanças na redação não permitem a sugestão de que Marx teria tido um momento no qual havia feito ao texto de 1867 as mesmas críticas do *narodniki* e que teria sido por isso que fez as revisões mencionadas. E como já ressaltamos acima, o fato de Marx ter feito uso da tradução francesa é facilmente explicado por

uma razão muito mais simples: a carta fora também escrita em francês, de maneira que o uso da tradução francesa seria muito mais uma questão de comodidade do que por outra razão. O autor continua:

É importante observar, com o amparo do Preâmbulo apresentado acima, que as revisões de Marx em sua edição francesa não ferem de qualquer modo os fundamentos mais profundos em que se ampara o livro em questão, sedimentados ao longo de quatro décadas, conferindo-lhe apenas uma melhora discursiva em determinados e delicadíssimos pontos. O que ocorre é uma formulação mais precisa de determinadas ideias, para que não deem margem a interpretações deterministas, de cunho naturalista ou mistificador, já vistas pelo autor como possíveis, desvirtuando, desse modo, seus lineamentos mais basilares, decorrentes justamente da crítica destas correntes filosóficas. (FARIA, 2017, pp. 128-9)

Aqui é mais razoável a explicação do autor, embora seja necessário cuidado quando atribuímos uma razão específica para essas modificações, sobretudo porque o autor nunca esclareceu exatamente as razões dessas revisões, além de que a “margem” para essas “interpretações deterministas, de cunho naturalista ou mistificador, já vistas pelo autor como possíveis” seja questionável. Se lermos as cartas escritas por Marx sobre a edição francesa, o autor de fato aponta para modificações consideráveis na tradução da obra do alemão para o francês, bem como explica que fez várias delas para facilitar a exposição da obra para o público da França, deixando o texto com “um estilo familiar para o público francês” (MARX in MARX; ENGELS, 2020, p. 304).

Em uma carta de 1875 a Pyotr Lavrov, Marx de fato menciona alterações substanciais nos capítulos sobre a acumulação (MARX in MARX; ENGELS, 2020, p. 313), mas essas alterações muito provavelmente se referem não tanto à pequena reelaboração do parágrafo que trouxemos acima, mas provavelmente aos extensos acréscimos que o autor fez ao texto que compunha a Seção VI da primeira edição. Por demais, depois de 1867 o autor acrescentou também diversas páginas ao texto original do capítulo sobre a assim chamada acumulação originária, de modo que muito bem poderia estar se referindo a isso. Não podemos nos esquecer ainda que já em novembro de 1867, antes do contato de Marx com a literatura *narodniki*, em uma carta a Victor Schily, o autor apontava a necessidade de se fazerem alterações no texto alemão para a tradução francesa (MARX in MARX; ENGELS, 2020, p. 231). Mas deixemos de lado essas especulações.

Marx termina sua argumentação na carta de 1878 com um exemplo.

Em diferentes pontos de *O capital* fiz alusão ao destino que tiveram os plebeus da antiga Roma. Eles eram originalmente camponeses livres que cultivavam, cada qual pela própria conta, suas referidas parcelas. No decurso da história romana, acabaram expropriados. O mesmo

movimento que os separa de seus meios de produção e de subsistência implica não somente a formação da grande propriedade fundiária, mas também a formação dos grandes capitais monetários. Assim sendo, numa bela manhã (eis aí), de um lado homens livres, desprovidos de tudo menos de sua força de trabalho, e do outro, para explorar o trabalho daqueles, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que aconteceu? Os proletários romanos não se converteram em trabalhadores assalariados, mas numa “*mob* [turba]” desocupada, ainda mais abjetos do que os assim chamados “*poor whites* [brancos pobres]” dos estados sulistas dos estados Unidos, e ao lado deles se desenvolve um modo de produção que não é capitalista, mas escravagista. (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56)

O autor compara o destino dos plebeus romanos no decorrer da história de Roma ao destino dos camponeses ingleses na assim chamada acumulação originária. Assim como os camponeses ingleses, os plebeus eram originalmente camponeses livres e que cultivavam por conta própria suas referidas parcelas de terra. Isto é, em ambos os casos, os produtores diretos “se relacionavam às condições naturais do trabalho como proprietários” (MARX, 2011, p. 392), embora a forma de propriedade seja diferente no caso romano e no inglês, bem como de seus pressupostos. E assim como se passou com o pequeno proprietário de terras inglês ao longo da história da assim chamada acumulação originária, o plebeu romano foi em um dado momento expropriado. Em razão desse mesmo processo que separou o plebeu romano de seus meios de produção e subsistência, ocorreu “não somente a formação da grande propriedade fundiária, mas também a formação dos grandes capitais monetários” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56), ou seja, um movimento semelhante ao que vemos na história da assim chamada acumulação originária.

Mas o que ocorreu com esses camponeses livres romanos que foram separados da posse da terra? Aconteceu que ao invés de se converterem em assalariados (como se passou na história da assim chamada acumulação originária), esses plebeus romanos se tornaram uma “*mob* [turba]” desocupada, ainda mais abjetos do que os assim chamados ‘*poor whites* [brancos pobres]’ dos estados sulistas dos estados Unidos” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56). Tampouco se desenvolveu em Roma um modo de produção capitalista, fundado na venda e na compra da força de trabalho, mas uma produção baseada na escravidão (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56).

O que isso nos mostra?

Portanto, acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos, mas que se passam em ambientes históricos diferentes, levando a resultados totalmente díspares. Quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave desse fenômeno. Contudo, jamais se chegará a isso tendo como chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica. (MARX in MARX; ENGELS, 2013, pp. 56-7)

Como nos explica Marx, embora se trate de “acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56), o fato de terem se passado em ambientes históricos tão distintos como na Roma Antiga e na Inglaterra dos séculos XV ao XVII produziu resultados bastante díspares. Todavia, adiciona Marx, isso não significa que depois de termos analisado cada uma dessas evoluções à parte e depois as comparado não seja possível “encontrar facilmente a chave desse fenômeno” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 56). Mas à essa chave nunca poderemos chegar por meio de uma “chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica” (MARX in MARX; ENGELS, 2013, p. 57).

O que isso dizia sobre a Rússia? Ora, mesmo que possamos ver uma analogia entre a história das comunas agrárias na Europa, onde elas haviam desaparecido quase que completamente no fim do século XIX, e a comuna agrária russa, não significava que, na Rússia, chegaríamos ao mesmo resultado que na Europa. Do mesmo modo, ainda que fosse possível ver paralelos entre a história da separação dos camponeses da Europa Ocidental e seus meios e condições de subsistência e o que ocorria na Rússia desde 1861 com o esmagamento da comuna agrária russa, não era possível dizer que na Rússia necessariamente veríamos a mesma evolução que vimos, por exemplo, na Inglaterra entre os séculos XV e XVII. E por quê? O ambiente histórico russo em 1880 era absolutamente distinto do inglês no começo da época conhecida como Era Moderna, cada qual com suas condições materiais próprias.

Ainda que pudéssemos encontrar a chave geral do fenômeno, isto é, da separação entre produtor direto e as condições naturais do trabalho e os meios de produção, não poderíamos fazê-lo sem antes analisar cada fenômeno separadamente e suas particularidades, isto é, considerar as diferenças específicas. Uma “teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica” que sirva de chave-mestra, isto é, que abstrai das especificidades de cada fenômeno histórico particular, nunca nos permitiria chegar à real “chave geral do fenômeno”. A própria experiência da história já nos mostrava que não poderíamos fazê-lo, como vimos no caso dos plebeus romanos. Nesse sentido, o autor nos adverte contra fazer uso do esquema histórico da assim chamada acumulação originária contido no Capítulo XXIV de *O capital* como se fosse uma “teoria supra-histórica” (algo que não era), aplicando-a como uma chave-mestra para entender a situação da *obshchina* apesar das particularidades do contexto romano na decadência da república ou do final do século XIX na Rússia. Descurar-se dessas diferenças específicas implica na desconsideração da própria historicidade da produção.

Marx não está trazendo aqui algo de necessariamente novo, eis que já falava algo semelhante em 1857-58 nos *Grundrisse*, quando na introdução ele trata da “produção geral” e de abstrações razoáveis. Em sua crítica ao uso da “produção em geral” pelos economistas da época, afirma Marx que sempre quando se fala em produção se está sempre falando em um modo de produção determinado, em um dado “estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (MARX, 2011, p. 41). Em função do fato de que a produção é sempre historicamente situada, poderia parecer que “para poder falar em produção em geral, deveríamos seja seguir o processo histórico de desenvolvimento em suas distintas fases, seja declarar por antecipação que consideramos uma determinada época histórica” (MARX, 2011, p. 41). Em outras palavras, poderia parecer que não é possível falar na produção de forma geral, na “produção geral”, sem que estejamos cometendo o equívoco de se assumir um dado modo de produção como ponto de partida da história, tomando por determinações da ‘produção em geral’ as determinações de um dado momento específico da produção material na história humana. Seria, portanto, cometer o disparate apologético de Bastiat e Carey, que nada mais faziam senão se esforçar por demonstrar a eternidade e harmonia da produção capitalista, de modo que na mão desses economistas todo instrumento de produção e trabalho objetivado se torna capital (MARX, 2011, p. 41).

Entretanto, isso não significa que Marx descarta a “produção em geral” como irrazoável ou mero instrumento de sicofantas. Pelo contrário, a “produção em geral” como a síntese das características em comum a todas as épocas da produção, e não como eternização de um modo de produção específico, torna-se uma abstração razoável e uma de enorme importância. Ela o “é na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição” (MARX, 2011, p. 41). Ou seja, a abstração só é razoável nesse caso pelo fato de existirem efetivamente elementos comuns às diferentes formas históricas da produção social, de maneira que a produção comum destaca e fixa esses elementos. Ela permite, portanto, que, ao identificar esses elementos como comum, ao estudar os modos de produção particulares, podemos nos dedicar à análise apenas do que lhes é particular, pois somos poupados da repetição. Contudo, mesmo esse “universal” ou “comum isolado por comparação” (MARX, 2011, p. 41) não é exatamente “uniforme”, pois ele mesmo “é multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações” (MARX, 2011, p. 41). Isso na medida que existem determinações que são comuns a todas as épocas, algumas a apenas algumas e outras comuns apenas à época moderna e à antiga, como explica Marx. Dessa maneira, como esclarece Chasin, a razoabilidade de uma abstração

como a produção geral “se manifesta, pois, quando retém e destaca *aspectos reais*, comuns às formas temporais de entificação dos complexos fenomênicos considerados” (CHASIN, 2009, p. 124) [destaque do original], constituindo-se em “algo geral extraído das formações concretas, posto à luz pela força de abstração, *mas não produzido por um volteio autônomo da mesma, pois seu mérito é operar subsumida à comparação dos objetos que investiga*” (CHASIN, 2009, p. 124) [destaque nosso].

Marx afirma então que

Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento. As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial. Em tal esquecimento repousa, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes. (MARX, 2011, p. 41)

Para que fique mais claro o que isso quer dizer, vejamos o exemplo dado por Marx:

Por exemplo: nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, mesmo sendo este instrumento apenas a mão. Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado [*objektiviert*]. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna; quer dizer, quando deixo de fora justamente o específico, o que faz do “instrumento de produção”, do “trabalho acumulado”, capital. Por essa razão, toda a história das relações de produção aparece em Carey, por exemplo, como uma maliciosa falsificação provocada pelos governos. (MARX, 2011, p. 41)

A necessidade de instrumentos de produção e o trabalho acumulado são as determinações que valem para a produção em geral, dado que são aspectos universais e comuns a épocas diferentes da produção humana. Caso não nos atentemos a aquilo que torna o capital uma forma específica de instrumento de produção e de trabalho objetivado, o que o separa do universal e comum, chega-se à falsa conclusão de que capital é uma determinação geral da produção. Capital torna-se, portanto, uma “relação natural, universal e eterna” ao invés de um desenvolvimento específico e determinado do aspecto que é comum a todos os modos de produção social. Nesse sentido, conseguir distinguir aquilo que é comum, isto é, a identidade daquilo que constitui a particularidade, a diferença específica é essencial para que não se incorra no mesmo equívoco dos economistas clássicos que viam a produção capitalista em toda época que analisavam. Afinal, como Marx já dizia em seus comentários críticos à

Filosofia do direito de Hegel, “uma explicação que não dá a *differentia specifica* não é uma explicação” (MARX, 2010, p. 34). Podemos até mesmo comparar dois momentos distintos da produção humana e encontrar determinações que lhes são comuns, isto é, identificar uma certa unidade entre eles, mas não podemos nunca fazê-lo sem nos atentarmos a aquilo que é específico de cada um. Destarte, como salienta J. Chasin,

a consideração das diferenças específicas é, pois, uma exigência fundamental, decorrente do critério ontológico de abordagem, tendo presente que a distinção ou a identidade de certa formação de qualquer tipo é dada, precisamente, por aquilo que a diferencia dos elementos gerais e comuns copertinentes às demais que integram o mesmo conjunto. [...] Por decorrência, ignorar a diferença essencial é perder de vista os objetos reais e com isso o horizonte do pensamento de rigor, tal como os economistas que naturalizam e perenizam a sociedade capitalista, pondo de lado exatamente o que nela é específico (CHASIN, 2009, p. 125).

Retornando ao nosso objeto, vê-se, portanto, como bem antes da década de 1870-80, Marx já demonstrava evidente atenção não apenas à historicidade das relações humanas, mas principalmente à necessidade de se atentar às diferenças específicas quando se analisa comparativamente dois fenômenos distintos buscando aspectos comuns a eles. Trata-se de um aspecto que reiterado em 1878 quando o autor evidencia a importância da correta apreensão as especificidades da Rússia para que se pudesse dizer algo sobre a comuna agrária russa, ainda que pudéssemos ver paralelos com a história da Europa Ocidental. Além disso, em 1878 podemos ver ecos das considerações marxianas de 1857-58 acerca da das abstrações razoáveis quando Marx critica a transformação do esquema histórico da assim chamada acumulação originária em uma “teoria histórico-filosófica” supra-histórica, o que seria uma abstração das mais desarrazoadas, na medida que completamente ignora as diferenças essenciais. De modo similar, também vemos ecos dos *Grundrisse* quando Marx trata da possibilidade de se encontrar a chave geral de fenômenos análogos como o caso dos plebeus romanos e os camponeses da Europa Ocidental nos séculos XV-XVII, o que de forma alguma se poderia fazer sem se atentar às particularidades de cada caso.

Nesse sentido, já podemos ver que as afirmações como as de Shanin e de Wada, de que teria ocorrido uma grande inflexão no pensamento de Marx depois de *O capital* são, no mínimo, superlativizantes. Shanin sugere que teria sido apenas no último período da obra marxiana, isto é, o período depois da publicação do volume I, que o autor teria dado “um novo passo para uma conceituação mais complexa e realista da heterogeneidade global das formas sociais, suas dinâmicas e interdependências associativas” (SHANIN, 2017, p. 30). Mas caso olhemos apenas os poucos trechos de *O capital* trazidos aqui, já é possível ver que afirmações desse tipo partem muito mais

de leituras inadequadas da obra de Marx do que efetivamente de um suposto talhe unilinear do texto. Isso não significa que não haja qualquer desenvolvimento posterior na teoria marxiana depois da publicação do Livro I. Muito pelo contrário, nos 16 anos depois da publicação dessa obra Marx nunca deixou de se dedicar à pesquisa, mesmo quando acometido por problemas de saúde e tragédias familiares. Entretanto, não vemos razão alguma para contrapor esses trabalhos da década de 1870-80 ao primeiro tomo da crítica da economia política como parecem fazer Shanin e Wada, sobretudo quando se sabe que o Livro I é o primeiro capítulo da empreitada à qual Marx se dedicaria até sua morte em 1883 e o único dos três volumes que foi completamente escrito e editado pelo próprio autor.

Considerações finais

Como tentamos evidenciar, em sua resposta ao artigo de Mikhailovsky, Marx voltava-se diretamente contra os intérpretes russos de *O capital* que viam na obra e, em especial, no capítulo sobre a assim chamada acumulação originária, uma espécie de teorização universal da história humana a partir da qual seria possível desvendar a sucessão necessária e universal das formações sociais. *O capital* não era uma obra a ser “aplicada” sobre a realidade russa e as considerações sobre a gênese histórica do capital não deveriam ser tomadas como uma espécie de “cardápio da taverna do futuro”. Nesse sentido, poderíamos argumentar que, longe de uma espécie de retratação ou uma reformulação daquilo que ele havia colocado em *O capital*, Marx realiza uma crítica à forma como sua obra foi recebida por parte do público russo, que havia visto em seu livro uma teoria da história que não existia ali ou uma tentativa de “prescrever receitas (comtianas?) para o cardápio da taberna do futuro” (MARX, 2017, p. 88). Qualquer leitura mecanicista da obra ou que visse ali um projeto de filosofia da história era, portanto, uma má-leitura.

Entretanto, ao tratar das particularidades do caso russo ou destacar que cada sociabilidade seja regida por uma legalidade que lhe seja imanente, Marx não estava negando a validade das leis gerais que regem a produção capitalista quando ele. O que ele recusava admitir era absolutizar e a-historicizar aquelas leis imanentes da produção capitalista das quais tratava em *O capital* (como era o costume dos economistas burgueses afeitos às chamadas robinsonadas), ou ver no desenvolvimento humano algum tipo de lei transcendental, trans-histórica que supostamente regeria esse movimento de forma linear. Afinal, Marx assegurava que, uma vez a Rússia se tornasse definitivamente capitalista, aquelas mesmas leis e tendências que regiam a produção capitalista no Ocidente agiriam sobre ela, *c'est-à-dire*, a Rússia teria que

passar pelas *furculae caudinae* do capitalismo assim como seus primos ocidentais. No entanto, se na Rússia o capitalismo iria se consolidar ou não, isso nada tinha a ver com destino.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, K. **Marx nas margens**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CHANDRA, N. The peasant question from Marx to Lenin: the Russian experience. **Economic and Political Weekly**, v. 37, n. 20, maio 2002. pp. 1.927-8. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4412133>>.
- CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DANIELSON, N. *et al.* **Karl Marx, Nikolai F. Danielson, Friedrich Engels: Correspondencia 1868-1895**. Organização de José Aricó. Cerro del Agua: Editora Siglo Veintiuno, 1981.
- FARIA, L. **Marx e a Rússia revolucionária**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2017.
- LÊNIN, V. **Obras completas t. II (1895-1897)**. Moscou: Editorial Progreso, 1981.
- LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.
- LIVIO, T. **Ab Urbe condita, liber IX**. Oxford: Clarendon Press, 1910.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social v. I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Marx Engels collected works v. 47**. Londres: Editora Lawrence & Wishart, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Cartas sobre O capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MARX, K. **Das Kapital**. Buch I. Hamburgo: Verlag von Otto Meisner, 1867.
- MARX, K. « Le capital ». Livre I : Paris 1872-1875. In: **Mega II**. Berlim: Dietz Verlag, 1989.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Crítica a filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.
- MARX, K. **O capital**. Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- MARX, K. **O capital**. Livro III. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.
- MARX, K. **Últimos escritos econômicos**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MUSTO, M. **Karl Marx: uma biografia intelectual e política (1857-1883)**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- OITTINEN, V. **Marx's Russian moment**. Cham: Palgrave Macmillan (Springer Nature – Suíça), 2023.
- REES, W. Marx, Engels and Russia marxism. **Royal Institute of Philosophy Supplements**, v. 14: Marx and Marxisms, pp. 109-28, set. 1982.
- ROBINSON, G. **Rural Russia under the old regime: a history of the landlord-peasant world and a prologue to the Peasant Revolution of 1917**. Nova York: Macmillan Publishers, 1961.
- RUBEL, M. **Karl Marx et le socialisme populiste russe**. Paris: Librairie Marcel Rivière et Cie, 1947.
- SARTORI, V. Acerca da individualidade, do desenvolvimento das forças produtivas e do “romantismo” em Marx: parte I – o desenvolvimento de cada um e o de todos. **Revista Práxis Comunal**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, pp. 33-70, 2018.
- SARTORI, V. Acerca da individualidade, do desenvolvimento das forças produtivas e do “romantismo” em Marx parte II – revolução e indivíduos universalmente desenvolvidos. **Revista Práxis Comunal**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, pp. 168-201, 2019.

- SHANIN, T. (Org.). **Marx e a via russa**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2017.
- SHIZUMA, H. On the meaning in our time of the drafts of Marx's letter to Vera Zasulich (1881): with textual criticism. **Hokkaido University Collection of Scholarly and Academic Papers**, v. 20, pp. 69-80, 1975.
- TAIRAKO, T. A turning point in Marx's theory on pre-capitalist societies – Marx's excerpt notebooks on Maurer in Mega IV/18. **Hitotsubashi Journal of Social Studies**, v. 47, n. 1, pp. 1-10, jan. 2016.
- TANAKA, M. The Narodniki and Marx on Russian capitalism in the 1870's-1880's. **Kyoto University Economic Review**, v. 39, n. 1, pp. 1-25, 1969.
- TVARDOVSKAIA, V. **El populismo ruso**. Cidade do México: Editora Siglo Veintiuno, 1978.
- VENTURI, F. **Roots of Revolution: a history of the populist and socialist movements in nineteenth century Russia**. Nova York: Alfred A. Knopf Publishers, 1960.
- YARMOLINSKY, A. **Road to Revolution: a century of Russian radicalism**. Princeton: Princeton University Press, 1956.

Como citar:

- SOUZA, Gabriella M. Segantini. Nikolai Mikhailovsky diante do tribunal do sr. K. Marx: Marx e a recepção d'O *capital* na Rússia. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 30, n. 2, pp. 1-33, 2025.